

2016 EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 8 - N. 05
Julho de 2016
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ

Gênero, política e eleições

Alice Lima

Luciana Panke

Joyce Martins

Fernanda Freire

Cyrana Veloso

OPINIÃO

Beatriz Sanchez

RESENHA

Felipe Riccio



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

GÊNERO E POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA

Beatriz Rodrigues Sanchez

Universidade de São Paulo

✉ beatriz.rodrigues.sanchez@gmail.com

Resumo: *A atual conjuntura política brasileira trouxe à tona o debate acerca da participação política das mulheres. Diante disso, o objetivo deste artigo é apresentar alguns fatos recentes que demonstram o quanto a política institucional ainda hoje é um espaço de difícil acesso para as mulheres. Este cenário é contrastante com o recente fortalecimento de manifestações feministas de diversas formas que têm ocorrido tanto nas ruas quanto na internet. Além disso, serão analisadas as barreiras institucionais, materiais e culturais existentes que impedem uma representação política justa entre os gêneros.*

Palavras-chave: *Gênero; política; representação.*

Abstract: *The current Brazilian political conjuncture brought to light the debate about political participation of women. Thus, the purpose of this article is to present some recent facts that show that the institutional politics is still an area of difficult access for women. This scenario contrasts with the recent strengthening of feminist manifestations in various forms that have taken place both on the streets and in the internet. In addition, institutional, material and cultural barriers that impede fair political representation between genders will be analyzed.*

Keywords: *Gender, politics, representation.*

“Quem sabe das necessidades e dos interesses das mulheres somos nós mulheres. Não aceitamos que nenhum homem nos substitua para dizer quais são os nossos direitos.” (Luiza Erundida, deputada federal)

A atual conjuntura política brasileira trouxe à tona o debate acerca da participação política das mulheres. Um dos estopins desta discussão foi o fato de o governo interino de Michel Temer não ter indicado nenhuma mulher para ocupar os cargos de chefia dos ministérios. Todos os atuais ministros são homens, brancos, de idade avançada e de classes privilegiadas. Justin Trudeau,

primeiro-ministro canadense, virou notícia no ano passado por ter dividido igualmente os cargos ministeriais entre homens e mulheres. Quando perguntaram para ele a razão dessa decisão, ele respondeu: porque é 2015. No Brasil aparentemente ainda nem chegamos no século XXI.

Outro retrocesso nos direitos das mulheres foi a alteração do status da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres que deixou de ser um ministério e encontra-se agora subordinada ao Ministério da Justiça chefiado por Alexandre de Moraes (PSDB). Fátima Pelaes (PMDB), ex-deputada da bancada evangélica, foi nomeada secretária desta pasta. Em seu histórico, além de ser investigada por corrupção, ela conta com um discurso contra a legalização do aborto mesmo em casos de estupro, direito já previsto pela lei brasileira.

Como se não bastasse, como solução para a cultura do estupro, tema em voga graças ao absurdo caso de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, em que uma jovem de 16 anos foi estuprada por cerca de 30 homens, Temer propôs o aumento da repressão policial. Ao invés de reconhecer que casos como esse são consequência da estrutura patriarcal de nossa sociedade e que todos os dias mulheres são estupradas, o presidente interino disse que estamos passando por uma “onda de violência contra as mulheres” que pode ser solucionada com o aumento das penas criminais.

Antes mesmo do processo de impeachment da presidenta Dilma, diversos estereótipos de gênero já haviam sido mobilizados para justificar a sua saída. A palavra de ordem “Tchau, querida” utilizada pela oposição ao governo e as capas de revistas que apresentaram Dilma como uma pessoa descontrolada e incapaz de governar são reflexos de como as hierarquias produzidas por concepções de feminilidade e masculinidade ainda estão presentes em nosso imaginário. No entanto, como Simone de Beauvoir já havia nos alertado em sua célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, não há nada de natural

no “ser mulher” que justifique desigualdades de oportunidades entre os gêneros.

Diante de tudo isso, a discussão sobre gênero e política se torna ainda mais relevante. As mulheres brasileiras, apesar de comporem 51% da população e 52% do eleitorado, ocupam apenas 10% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 13% no Senado. A sub-representação das mulheres na política legislativa está diretamente relacionada às diversas formas de dominação masculina. Uma vez que elas não são formuladoras das políticas públicas e das leis que terão impacto direto em suas realidades concretas, acabam se tornando apenas objetos. Isso quer dizer que por estarem ausentes dos espaços tradicionais de deliberação política elas não podem falar por si próprias. Quando apenas homens se reúnem para conversar sobre soluções para a cultura do estupro, por exemplo, percebemos o abismo existente entre as mulheres e a política institucional.

A representação política igualitária entre homens e mulheres, além de ser necessária para o cumprimento das promessas da democracia liberal, tem efeitos positivos para o cotidiano das pessoas. Temas relevantes para os grupos marginalizados da população podem entrar na agenda de discussão parlamentar como ocorreu no caso da tramitação de projeto de lei que culminou na aprovação da chamada Lei Maria da Penha. Se não fosse o engajamento da bancada feminina durante o processo, provavelmente o resultado legislativo teria sido outro. Além disso, com uma maior representação feminina, a política passa a fazer parte do horizonte de possibilidades de outras mulheres, já que elas percebem que a política também pode ser seu lugar.

É importante ressaltar que as diferentes formas de opressão operam conjuntamente na produção dessas exclusões. Os diversos marcadores sociais da diferença como gênero, raça, classe e orientação sexual devem ser compreendidos de maneira interseccional. Os interesses de mulheres negras da

periferia frequentemente são diferentes dos interesses de mulheres brancas de classe média e isso deve ser levado em consideração quando discutimos gênero e política.

A sub-representação das mulheres na política institucional pode ser explicada por uma série de motivos. O financiamento desigual de campanhas femininas e masculinas é um deles. O sistema político de lista aberta que tem como consequência o foco nos candidatos e não nos partidos é outro. Na maioria das vezes, as candidatas possuem menor capital político do que os candidatos e isso prejudica as suas chances de sucesso eleitoral. O recrutamento sexista feito pelos partidos políticos que tem como consequência a existência das chamadas “candidaturas laranjas” também dificulta a inserção das mulheres. Nesse sentido, seria necessária uma reforma do atual sistema político brasileiro, o que, infelizmente, parece estar longe de acontecer tendo em vista a atual composição conservadora do Congresso Nacional.

Para além destes fatores institucionais, existem barreiras materiais e culturais para a participação política das mulheres como, por exemplo, a divisão sexual do trabalho. Historicamente, as mulheres tiveram suas vidas restritas ao mundo doméstico, enquanto os homens sempre ocuparam a esfera pública. Desde cedo as meninas aprendem brincando de boneca que elas serão as responsáveis pelo cuidado com os filhos. Essa divisão sexual do trabalho é refletida na própria atuação política das mulheres que, superando as diversas barreiras, adentram o mundo da política. As parlamentares atuam com maior frequência em comissões parlamentares responsáveis por temas considerados femininos como educação e política social. Os parlamentares homens, por sua vez, estão mais presentes em comissões que discutem temas considerados tradicionalmente masculinos como tributação e economia.

Esse cenário de exclusão da política institucional contrasta com o fortalecimento dos movimentos feministas, tanto nas ruas quanto na internet.

Milhares de mulheres têm se mobilizado em torno de pautas como a legalização do aborto e o fim da cultura do estupro, comprovando que a ausência de mulheres no Legislativo não é fruto da falta de interesses das mulheres por política, mas sim das barreiras estruturais existentes. Diversas *hashtags* utilizadas nas redes sociais recentemente como *#meuprimeiroassédio* e *#meuamigosecreto* cumpriram o seu objetivo de tornar públicas as diversas formas de assédio enfrentadas pelas mulheres. Esses movimentos são herdeiros de uma longa trajetória percorrida pelas feministas brasileiras que teve início ainda no século XIX com as sufragistas. Na atual conjuntura política brasileira, as chances de caminharmos no sentido de alcançarmos uma maior igualdade de gênero encontram-se de forma mais evidente fora da política tradicional do que dentro dela.

PRINCESA ISABEL DO BRASIL: GÊNERO E PODER NO SÉCULO XIX

Felipe Riccio

Universidade Federal de Minas Gerais

✉ felipericcio22@gmail.com

Roderick J. Barman é um autor conhecido do público brasileiro. Ainda sem tradução para o português, o seu “Brazil: the forging of nation, 1798-1852” recebeu calorosos elogios do historiador Evaldo Cabral de Mello por sua arguta análise da situação política da Independência brasileira. Traduzidos, temos somente duas biografias: “D. Pedro II: Imperador cidadão” e a biografia da princesa Isabel, que nos deteremos nos parágrafos abaixo.

A leitura do livro de Roderick J. Barman, “Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX”, coloca em primeiro plano a centralidade do movimento feminista para a escritura da história. Sem incorporar a gramática feminista, Oliveira Lima, no início do século passado, em seu clássico “D. João VI no Brasil”, pode nos dar um excelente contraponto à análise empreendida por Barman. No capítulo VII, o autor se debruça sobre a participação de D. Carlota Joaquina durante o período joanino no Brasil. Logo nos primeiros parágrafos, aponta que o interesse da Infanta pela política – local dominado pelos homens – não passava de uma “sobeja virilidade por ser ela o Rei”. Para ele, Carlota Joaquina trazia consigo todos os “predicados masculinos”: “a energia, a atividade, a vontade”. Seus traços físicos destoantes da feminilidade coeva eram vistos pelo autor como uma variável central para os insucessos que tivera em influenciar o marido. Tudo isso fazia com que ele chegasse à seguinte conclusão: “Dona Carlota havia apenas de feminino o

invólucro”. Na contramão disso, as análises de Roderick Barman apontam para as relações de gênero como constructos sociais e culturais extremamente arraigados, e que servem de chave para a compreensão de muitos impasses vividos pelas mulheres, mesmo para aquelas que, como a princesa Isabel, estiveram à frente da chefia do Executivo, dando-nos uma bela amostra das tensões entre gênero e poder no universo ocidental oitocentista.

Ainda que escrito por um homem – e o próprio autor reconhece os limites que o gênero traz à sua análise –, o livro nos oferece um excelente panorama da vida das mulheres ocidentais das classes mais abastadas no século XIX, esmiuçando as estruturas culturais, sociais e políticas excludentes que pairavam por todo o Ocidente e que tinham plena vigência nos Trópicos. Como explicitado na obra, a independência política não trouxera alteração nas relações de gênero. A Constituição de 1824, apesar de não vedar explicitamente a cidadania às mulheres – de tão claro que a exclusão soava aos ouvidos da época –, tinha vários artigos nos quais o princípio masculino se tornava claro, como, por exemplo, o artigo 145, que previa que “todos cidadãos são obrigados a pegar em armas, para sustentar a independência e integridade do Império”. Pimenta Bueno, conhecido analista da Constituição imperial, deixava claro, na década de 1850, que as mulheres eram incapazes de participar da esfera política; caso essa premissa fosse contrariada, estaríamos convertendo, segundo ele, o “voto em perigo social”. Ainda assim, mantendo a tradição portuguesa, o artigo 117 previa que as mulheres podiam ser herdeiras do trono.

Isabel foi uma das nove mulheres que, ao longo do século XIX, desempenhou o papel de chefe política. Para estas, de saída, as atividades de governança não as ausentavam das múltiplas atividades que eram tidas como obrigatórias para as mulheres de classe média e alta do século XIX: servir bem ao esposo; tratar dos afazeres domésticos; ter um papel mediador entre os familiares; empenhar-se na construção das amizades; e, claro, parir e cuidar da

prole. Como mostrado na obra, o movimento feminista, que ganhava corpo na Europa e também no Brasil, não foi uma agenda incorporada pela princesa. Não era assunto nos círculos aristocráticos pelos quais transitou Isabel.

A sua educação foi delineada como impunha o figurino das cortes: os pais mantinham pouca relação com as crianças, primeiro passo para que elas se dessem conta dos preceitos hierárquicos que teriam que levar por toda a vida. Na sociedade fechada que era a corte e a Casa Real, a herdeira de D. Pedro II convivía com os funcionários de corte em relações que, malgrado a proximidade, não deixavam espaço para a intimidade. Em casa, assim como no governo, D. Pedro era a autoridade suprema. Selecionou métodos de estudos que consistiam em carga horária pesada, que eram mais adequados para homens cultos na casa dos trinta anos, não para crianças e adolescentes. O próprio Imperador, quando podia, participava das aulas. Fora de sala de aula, a educação primava por afazeres apropriados para as mulheres oitocentistas da classe social de Isabel, como aulas de costura e de piano. Como resultado da atuação tutorial de D. Pedro, a filha sempre atrelou o conhecimento aos preceitos da masculinidade, vendo a si própria quase como uma penetra nessa festa de varões.

A maneira como o Imperador deixava a filha alijada dos assuntos públicos estava em descompasso com os preceitos constitucionais que, pelo artigo 121 da Constituição, previa que, a partir dos dezoito anos, na vacância real, ela seria a fiel depositária do trono. A partir da análise da troca epistolar entre a princesa e seu pai, Barman ressalta como a temática da política não estava presente nessas comunicações. Isoladas do resto da sociedade e sem se inserir no debate político, Isabel pouco sabia acerca da realidade brasileira. Na década de 1860, ao invés da política, começou-se a pensar no casamento da primogênita – indispensável para as mulheres de classe média e alta. Como patriarca, D. Pedro II sabia que a filha somente se casaria com a anuência dele. A própria Constituição, em seu artigo 120, remarcava o direito que o pai

tinha sobre o corpo da filha: o casamento da princesa “será feito a aprazimento do imperador”. Com a ausência de um pretendente honrado no Brasil, foi-se à Europa. Ficou acertado por D. Pedro II que caberia ao príncipe de Joinville buscar um marido para Isabel e para sua irmã, Leopoldina. Estas ficaram de fora de toda negociata, e somente tiveram a notícia que iriam se casar quando os pretendentes já se encontravam na travessia do Atlântico.

O cenário da intimidade da vida da princesa tem como pano de fundo os acontecimentos que marcaram a segunda metade do século XIX. A história do Segundo Reinado, mantendo o foco na princesa, ganha dimensões novas na obra do historiador inglês. Como a personagem central é um membro de uma família real, o autor nos dá, também, um excelente panorama das disputas políticas da Europa, pois estas tinham, muitas vezes, implicações diretas para com a família real brasileira. O próprio Conde d’Eu, da família de Orleães, marido escolhido para Isabel, embora francês, tinha sido expulso de seu país natal com a ascensão de Napoleão III. Somado ao rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra, o quadro das relações internacionais impediu que a primeira viagem do casal à Europa tivesse recepção oficial pelos governos. Os convites eram feitos com alicerce nos laços de parentesco que guardavam com integrantes das principais casas monárquicas da Europa coeva. Foi essa vida aristocrática que encantou Isabel. Para ela, todos os ritos que impunham a vida cortesã eram tidos como um grande enfado, o que a distanciava ainda mais do núcleo do poder político das sociedades de corte.

Se as relações de gênero dominantes colocaram – sem dúvida – maiores restrições às mulheres, elas também impactavam a vida dos homens, sobretudo daqueles que não seguiam à risca os preceitos dominantes da masculinidade oitocentista. Foi o caso do Conde d’Eu, como nos revela Roderick Barman. Nos anos iniciais do casamento, o conde francês se via imbuído de um papel de governança. Por isso, acreditava que o Imperador

tinha que lhe tratar como um igual. Nesse tempo, suas cartas para D. Pedro II centravam-se em temas políticos, notícias sobre os acontecimentos na Europa e no Brasil. Não deixava de dar, inclusive, alguns conselhos ao sogro. As respostas do Imperador para o Conde nunca tocavam nos assuntos tratados pelo conde, o que demonstrava a pouca abertura que o imperador dava para discussões acerca da condução da coisa pública.

Também em casa, o marido de Isabel buscava se impor sobre a mulher. Quando foi pela primeira vez para o fronte de batalha no Paraguai, deixou um quadro de recordações para sua esposa que expressavam bem a gramática da dominação masculina: desde lembranças para não se encontrar a sós com outros homens até recomendações da forma como ela deveria se portar e o que deveria comer estão entre ordens do Conde d'Eu.

Preterido por D. Pedro II para cargos de chefia durante os quatro primeiros anos da guerra, em fins de 1869, a doença e consequente retorno do Barão de Caxias à Corte fizeram com que o comando em chefe das tropas na guerra caísse sobre o marido de Isabel. A batalha já se encaminhava para o fim. Restava apenas acabar com Solano López, que se refugiava no interior do território paraguaio. Mas a tarefa não era de pouca monta. O abastecimento às tropas encontrava-se precário. Aflito e envolto em suas crises, o Conde d'Eu chegou a pedir o retorno imediato ao Rio de Janeiro, deixando, dessa maneira, de cumprir a missão a que tinha sido chamado. Dias depois, o líder paraguaio foi executado pelas tropas brasileiras. Segundo as premissas da masculinidade da época, ao homem não era dado espaço ao choro, à fuga de suas responsabilidades e muito menos era permitido vacilar quanto posto diante de problemas: todas essas regras implícitas tinham sido quebradas pelo então comandante em chefe das tropas brasileiras. E pior: tudo isso diante dos olhos de toda a virilidade imperial: D. Pedro II, os principais políticos e os generais do Exército. Barman observa como, daí em diante, a postura do conde sofreu uma considerável guinada: em casa, deixou que as opções de sua esposa

prevalecessem sobre as suas, confinou-se em uma vida reclusa; na esfera política, deixou de tentar se colocar como um outro centro de poder, o que fez diminuir os atritos velados que, até então, tinha com o sogro.

Mas foi sobre a vida de Isabel que a questão de gênero trouxe implicações ainda maiores. Na sua terceira regência (1887-1888), a percepção de que o governo era um mecanismo de mudanças e de aprimoramento da coisa pública tornou-se mais clara para ela. Diferentemente da sua primeira experiência, entre 1871 e 1873, quando o Barão do Rio Branco se arrogou do trabalho de implementar as reformas propostas – dentre elas a Lei do Ventre Livre –, a grande movimentação que tomava a discussão acerca da abolição chamou a herdeira do trono para a vida política. Na primeira reunião que teve com o chefe do gabinete ministerial, Barão de Cotegipe, para tratar das questões abolicionistas, este anotou que a incisiva postura da regente a favor da abolição tinha o dedo do marido. Era incontestável para o Barão que uma mulher não podia agir autonomamente e, destarte, o Conde d’Eu estaria por detrás da ação de Isabel. Na abertura da sessão legislativa de maio de 1888, foi anunciada a promulgação imediata da abolição incondicional, causando fúria nos proprietários de escravos, que lutavam para serem indenizados.

Até a Abolição, como nos lembra Barman, a popularidade da herdeira era baixa. Logo em seguida, ficou conhecida como “A Redentora”. Ainda assim, não caiu na graça geral. Parcela significativa da população mais abastada – contrária ao itinerário seguido pela Abolição – passou a odiá-la. O gênero era um adicional importante: como poderia uma mulher interferir na propriedade dos homens sem atacar em cheio a masculinidade destes? Estes tiveram outro aliado importante: membros do Partido Republicano, que a todo custo buscavam minar as bases do regime monárquico, lançaram mão de uma propaganda devastadora contra a princesa. O fato se agravou quando Isabel recebeu do papa Leão XIII o prêmio Rosa de Ouro: um prato cheio para os oposicionistas. A devoção fervorosa era aceitável na esfera privada,

mas o que retiraram do episódio é que essa agenda acabaria por ser imposta por Isabel na esfera pública.

Se o livro traz tantas contribuições do ponto de vista historiográfico, a sua leitura não deixa de suscitar questões sobre o quadro político atual. Depois da última regência da princesa Isabel (1887-1888), a primeira mulher que ocupou a chefia do poder Executivo na história republicana do país foi a atual presidenta Dilma Rousseff. Como ressaltou a socióloga Angela Alonso, os anos finais do Império nos fornecem um bom paralelo histórico para as tensões políticas vividas hoje. Sem que essa possa ser apontada como a causa dos problemas vividos pelo país, ela chama a atenção para que a questão de gênero não seja retirada do escopo analítico da crise. Em primeiro lugar, assim como Isabel, a presidenta Dilma é desacreditada como governanta por ser mulher em uma esfera tradicionalmente habitada por homens. Para lidar com os casos de corrupção, tanto Isabel como Dilma receberam a pecha de incapazes, incompetentes. No governo atual, o protagonismo assumido pela presidenta não é bem visto pela *entourage* masculina que compõe o sistema político. O que cairia bem para um homem, para Dilma é concebido como uma prática centralizadora que beira o autoritarismo. Ademais, apontar para os predicados físicos da presidenta— coisa impensada quando se trata de um homem —, assim como nos tempos de Isabel, tornou-se fato corriqueiro, deixando transparecer, inclusive, atitudes misóginas.

Se no campo historiográfico podemos apontar facilmente os avanços que a incorporação da gramática feminista trouxe — o que fica nítido na discrepância das análises empreendidas por Oliveira Lima e Roderick Barman, por exemplo —, a permanência de certas violências e obstáculos colocados pelas questões de gênero deixa claro que, infelizmente, os longos anos que separam Dilma de Isabel ainda guardam certas semelhanças nas maneiras dominantes de se pensar as relações entre gênero e poder.

Referências

- ALONSO, Angela. *Paralelos históricos – ou Dilma e Isabel*. Valor Econômico, 07/01/2016.
- BARMAN, Roderick J. *Brazil: the forging of nation, 1798-1852*. Stanford, 1988.
- _____. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. Trad. Luiz Antonio Araujo. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. São Paulo: Ed. Topbooks, 1996.
- MELLO, Evaldo Cabral. *A outra independência: o federalismo pernambucano (1817-1824)*. São Paulo: Ed. 34, 2005.